

Comissão mista concentra esforço para votar a LDO

Relatório final do senador Tião Viana propõe aumento real para o salário mínimo no próximo ano, apesar da queda do produto interno bruto verificada no ano passado

A Comissão Mista de Orçamento atuará de forma concentrada nesta semana para concluir até quinta-feira a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. Em turnos sucessivos, os trabalhos serão abertos hoje, com uma reunião extraordinária com início às 10h, já prevendo a retomada das atividades à tarde (15h) e à noite (18h30). Com outras matérias em pauta, inclusive

cinco pedidos do Executivo para abertura de créditos da ordem de R\$ 4,86 bilhões ao Orçamento vigente, a comissão deve voltar a se reunir amanhã em dois horários. Depois que o relatório for aprovado pela Comissão de Orçamento, seguirá para deliberação conjunta de deputados e senadores em sessão do Congresso Nacional. O relatório final foi entregue na semana passada pelo senador Tião Viana. **3**

Constituição e Justiça realiza hoje quatro debates **2**

Congresso pode votar mais verbas para o PAC **3**

Projeto prevê revitalização de áreas alagadas **3**

especial
Cidadania



Os critérios do benefício de prestação continuada

Benefício é concedido a mais de 3 milhões de brasileiros, entre idosos e pessoas com deficiência. Regras, que são baseadas na renda familiar e outros critérios, podem ser modificadas por projetos de lei em discussão no Senado. A educação e a pro-

fissionalização de deficientes, incentivadas pelo governo federal para que eles assumam vagas no mercado de trabalho, esbarram na dificuldade que as famílias têm de reaver o benefício no caso de perda do emprego das pessoas com deficiência. **4**

Ilustração: Carilha BPC - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Bombeiros do DF são lembrados em Plenário

Sessão especial realizada ontem no Senado marcou a passagem dos 154 anos da fundação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Criada por dom Pedro II em 1856, corporação foi elogiada pelo senador Cristovam Buarque. **2**

Ao dirigir homenagem aos bombeiros, Cristovam Buarque (C) destacou disponibilidade, coragem e prontidão da instituição

J. Freitas



Integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal participam de sessão especial no Plenário

Senado homenageia os 154 anos do Corpo de Bombeiros

Cristovam Buarque ressalta que as pesquisas de opinião apontam instituição como a de maior credibilidade perante a sociedade, devido aos imensos serviços prestados

O CORPO DE Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) foi homenageado pelo Senado ontem em sessão especial no Plenário. Ao discursar na cerimônia, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que as pesquisas de opinião apontam o corpo de bombeiros como a instituição de maior credibilidade perante a sociedade, "devido a sua disponibilidade, coragem, prontidão e imensos serviços prestados à sociedade".

O senador recordou que a atuação dos bombeiros após o atentado ao World Trade Center, ocorrido nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, é um dos exemplos da coragem

desses profissionais. Na ocasião, vários bombeiros morreram após entrar nos edifícios atingidos por dois aviões para tentar salvar as pessoas que estavam no local.

– Naqueles bombeiros que subiam as escadas quando outros desciam estava a imagem de qualquer bombeiro do mundo inteiro – disse.

Além de celebrar o aniversário do corpo de bombeiros, Cristovam também homenageou "aqueles que, nesses 154 anos, deram a vida no exercício de suas funções". Ele lembrou ainda "as crianças que nasceram nas mãos e nos braços de bombeiros nesses anos".

Entre os presentes na cerimônia estava o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Antônio Gilberto Porto.

História

O corpo de bombeiros foi criado em 2 de julho de 1856, pelo imperador dom Pedro II, a partir da sugestão do inspetor do Arsenal de Marinha das Cortes, Joaquim José Inácio.

De acordo com o Corpo de Bombeiros Militar do DF, uma das maiores façanhas registradas na história da instituição ocorreu em 1925, quando foi extinto um grande incêndio na Ilha do Caju (RJ).

Comissão realiza hoje quatro audiências públicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate hoje, em quatro audiências públicas, a invasão de privacidade por meio da internet; a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público; as férias anuais coletivas dos magistrados; e projeto que trata de prerrogativa das procuradorias fazendárias.

O primeiro debate foi motivado por matéria da revista *Época* sobre o risco de provedores de internet invadirem a privacidade dos usuários. Entre vários convidados sugeridos por Eduardo Suplicy (PT-SP), participam o ministro da Justiça, Luiz Paulo

Barreto, e o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg.

A audiência seguinte debate a proposta de emenda à Constituição que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público (PEC 30/07). Entre os participantes, o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar.

A PEC 48/09, que prevê férias anuais coletivas dos magistrados e membros do Ministério Público, será discutida com os presidentes da Associação Nacional do Ministério Público, César Bechara, e da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antonio Bigonha, entre outros. Já



Eduardo Suplicy solicitou o debate sobre invasão da privacidade

a quarta audiência é destinada a instruir projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza a administração pública, por meio das procuradorias fazendárias, a notificar diretamente o devedor e, se a dívida permanecer sem pagamento, a realizar a penhora de bens (PLS 10/05).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Auditoria do TCU na Infraero

14h Em pauta na sessão de hoje, pedido ao Tribunal de Contas da União (TCU) para realização de auditoria na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), referente ao montante dos recursos federais repassados desde 2004 para investimentos no aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, e à execução desses investimentos. Às 19h30, no Plenário da Câmara, haverá sessão do Congresso para apreciar o PLN 3/10, que muda regras para remanejar verbas do PAC.



CCJ Invasão de privacidade em debate

9h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania debate reportagem da revista *Época* sobre invasão de privacidade na internet, com a participação do ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto e do presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, entre outros convidados. Em seguida, a comissão realiza audiência pública para discutir proposta que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, com a presença do ministro Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros. Na sequência, a comissão debate proposta que trata das férias anuais coletivas de magistrados e membros do Ministério Público. A CCJ discute ainda, após a audiência anterior, projeto do senador Pedro Simon que institui a penhora administrativa por órgão jurídico da Fazenda Pública.

Conjunta Investimentos em portos

9h30 As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) realizam audiência conjunta sobre os impactos do Decreto 6.620/08, que institui a política para desenvolvimento de portos no país, e da Resolução 1.401/09, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que trata de investimentos privados no setor. Participam, entre outros, Fernando Fialho, diretor-geral da Antaq; Wilen Manteli, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTR); e Agnes Vasconcelos, presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra).

CAE Incentivo à doação de material de construção

10h Empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular poderão ser beneficiadas com deduções no Imposto de Renda. Medida nesse sentido consta de projeto em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos, que analisa ainda outras 17 proposições.

CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias

10h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para votar o relatório final do senador Tião Viana ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. Também em pauta, projetos que autorizam crédito suplementar em favor de diversos órgãos públicos e requerimentos para realização de audiências públicas.

CMA Cadastro de obras inacabadas

11h30 Entre os três projetos com decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, consta o que prevê a criação de um cadastro geral de obras inacabadas.

CCT Comunicação oficial via internet

14h30 O primeiro item em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática é o projeto que trata da competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Outro projeto em pauta autoriza a utilização da internet como veículo de comunicação oficial das três esferas de governo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Cristovam Buarque

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Congresso pode mudar regra de distribuição de verbas do PAC

Está marcada para hoje, às 19h30, sessão conjunta do Congresso Nacional para votar o PLN 3/10, que altera regras de remanejamento das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na lei orçamentária deste ano. De autoria do Executivo, o projeto foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) sob a forma de substitutivo, relatado pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT). A sessão será realizada no Plenário da Câmara.

Pelo substitutivo, poderão ser redistribuídas em até 30% as dotações orçamentárias destinadas ao PAC, dentro das ações desse programa. Atualmente, a margem desse remanejamento é de 25%. A matéria altera o inciso 18 do artigo 4º da Lei 12.214/10, que estima a receita e fixa a

despesa da União para o exercício financeiro de 2010. Com a mudança proposta, o governo poderá, por exemplo, ao longo do ano, zerar uma despesa autorizada para determinada obra do PAC em favor de outra considerada mais promissora.

Segundo o Executivo, tal mudança proporciona mais recursos para aqueles projetos que estão progredindo satisfatoriamente, reduzindo-se, dessa forma, as dotações orçamentárias dos projetos que tenham desempenho inferior no âmbito do PAC.

“Esse instrumento permite uma alocação mais eficiente e de qualidade dos escassos recursos orçamentários”, diz o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, que assinou a exposição de motivos.



O relator Eduardo Azeredo apoia proposta que está na pauta da CCT

Proposta dá poder à Anatel para arrecadar o Fust

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deverá concluir hoje a votação do projeto que delega competência expressa à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust) e punir o não recolhimento do tributo. A proposta – substitutivo a projeto de lei do Senado (PLS 297/07) – abre a pauta de votações de 42 itens, dos quais 40 se referem a atos de autorização, concessão ou permissão para empresas de radiodifusão.

O relator na CCT, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recomendou a aprovação do PLS 297/07 nos termos de subemenda ao substitutivo acolhido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com a medida, a Lei 9.988/00 (Lei do Fust) passará a trazer expressamente a atribuição da Anatel para arrecadar – em favor do fundo – a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta mensal decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.

A Anatel também ficará responsável por baixar as normas para regular essa operação, bem como por aplicar multas e sanções. É conferida ainda validade legal aos atos praticados pela agência relativos à atualização dos débitos com a contribuição do fundo.

Venda de entradas pela internet terá que incluir meia

Empresas que comercializam pela internet ingressos para cinema, shows, peças teatrais ou outro evento cultural serão obrigadas a oferecer a meia-entrada em seus sites. Projeto (PLS 35/09) nesse sentido será analisado na reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e estabelece que quem adquirir a meia-entrada deverá apresentar a documentação requerida ao ingressar no evento cultural. Caso não consiga comprovar o direito, perderá o ingresso. O fornecedor que não disponibilizar a meia-entrada pela internet ficará sujeito às sanções do Código de Defesa do Consumidor.

A CMA também deve analisar projeto que amplia o controle sobre a execução de obras públicas inacabadas ou paralisadas há mais de um ano. A proposta prevê a criação de um cadastro geral, organizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e seus congêneres regionais (Creas).

O objetivo do autor, Fernando Collor (PTB-AL), é evitar a interrupção de obras públicas. Pelo projeto (PLS 58/08), os Creas deverão encaminhar ao Confea, até 31 de dezembro de cada ano, relatório discriminando as obras públicas de engenharia inacabadas ou paralisadas há mais de um ano em seus respectivos estados.



Senador Fernando Collor quer evitar interrupção de obras públicas

Relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias propõe critérios que garantem aumento real para o salário mínimo, a despeito da queda do PIB no ano passado

Comissão de Orçamento espera votar LDO até quinta

PARA CONCLUIR ATÉ quinta-feira a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, como previsto no cronograma de tramitação, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) atuará de forma concentrada nesta semana. Em turnos sucessivos, os trabalhos serão abertos hoje, com uma reunião extraordinária com início às 10h, já prevendo a retomada das atividades à tarde (15h) e à noite (18h30).

Com outras matérias em pauta, inclusive cinco pedidos do Executivo para a abertura de créditos da ordem de R\$ 4,86 bilhões ao Orçamento vigente, a comissão deve voltar a se reunir amanhã em dois horários: de forma ordinária, às 14h30, e extraordinária, a partir das 18h30. Se ainda houver pendências, os trabalhos poderão ser retomados na quinta, em reunião extraordinária às 10h. Depois que o relatório for aprovado pela Comissão de Orçamento, segue para a deliberação em sessão conjunta do Congresso.



Relatório final da LDO foi entregue por Tião Viana na semana passada

No relatório final da LDO, entregue pelo senador Tião Viana (PT-AC) na semana passada, foram adotados critérios de reajuste para o salário mínimo que garantem aumento real, a despeito da queda do produto interno bruto (PIB) de 2009.

Ao todo, foram apresentadas 2.694 emendas ao projeto da LDO, matéria que dispõe sobre as regras para a elaboração

e execução da proposta orçamentária anual. Nesse número, estão incluídas emendas individuais dos parlamentares, das comissões das duas Casas e das bancadas estaduais. Tião Viana ofereceu voto pela aprovação total de 396 das proposições, entre as quais 190 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades – lista de obras e serviços considerados estratégicos.

Estados atingidos por cheias poderão ter áreas revitalizadas

A revitalização das áreas atingidas pelas enchentes no país em 2008 e 2009 é o principal objetivo de projeto de lei em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje. O PLS 16/09, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), dá ao governo federal atribuição para definir os projetos a serem beneficiados pelo programa e viabilizar recursos tributários ou fontes de financiamento para eles. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil são definidos como financiadores do programa.

Emenda aprovada pela CCJ autoriza a União a celebrar convênios com os governos estaduais e municipais para que

trabalhem coordenadamente com as ações do governo federal no âmbito do programa e desenvolvam políticas sociais complementares.

A proposta obriga os beneficiários do programa a manterem os filhos em idade escolar matriculados em estabelecimento de ensino fundamental e a zelarem adequadamente pela utilização dos recursos a eles transferidos.

O projeto também obriga o governo federal a manter fundo de aval para o financiamento de agricultores e de pequenas fábricas de setores específicos. Os governos federal, estaduais e municipais deverão criar incentivo fiscal para o programa.

Em parecer favorável na CAE,



Projeto de Colombo determina que governo viabilizará recursos para ajuda

o relator Cícero Lucena (PSDB-PB) afirma que o programa é meritório, “já que vários entes da federação sofrem, periodicamente, com enchentes, que lhes causam enormes danos econômicos e sociais”. Lucena diz ser necessário que os municípios e os estados possam contar, “de forma célere, com recursos para enfrentar os problemas que decorrem das enchentes”.

Projeto facilita atendimento de deficiente visual em cartórios

Os cartórios poderão deixar de exigir a presença de tutor no atendimento a pessoa com deficiência visual, sendo necessária apenas a apresentação da identidade do interessado e a assinatura dele e de duas testemunhas. Isso é o que determina projeto pronto para ser votado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e que passará ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), o projeto (PLC 116/09) altera a lei de serviços notariais e de registros (Lei 8935/94), que disciplina os procedimentos adotados pelos cartórios no atendimento às

pessoas com deficiência visual. Relator do projeto na CDH, Flávio Arns (PSDB-PR) propõe a aprovação, lembrando que 2,5 milhões de brasileiros têm sérias deficiências visuais. Ele sugere uma emenda de redação, para tornar o texto mais claro.

Na opinião de Arns, a iniciativa materializa o princípio da igualdade, servindo para desqualificar o preconceito e a discriminação que ameaçam direitos e liberdades fundamentais do ser humano. Segundo o senador, o público-alvo do projeto se depara com regras definidas por quem vê, mas que devem ser seguidas por aquele que não vê.

– Esse cidadão encontra várias



Flávio Arns afirma que proposta atende ao princípio da igualdade

e diversificadas barreiras no seu dia a dia. De um lado, obstáculos físicos nos passeios públicos, calçadas de piso irregular e semáforos desprovidos de sinal sonoro, entre outros empecilhos que tolhem sua mobilidade pelo espaço urbano. De outro, atitudes e práticas discriminatórias que estorvam o seu acesso a bens e serviços públicos.

Medida em análise no Senado evita que o benefício de prestação continuada desestime ingresso de deficientes no mercado de trabalho

Projetos de lei aperfeiçoam benefício assistencial

VOLTADO PARA A parcela mais carente da população brasileira, o benefício de prestação continuada (BPC), instituído como um dos direitos garantidos pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas, Lei 8.742), está na pauta de discussões do Senado. Várias propostas ampliam o seu alcance ou aperfeiçoam esse instrumento, considerado por alguns especialistas como o mais importante na área de inclusão social.

Com um salário mínimo mensal, ele beneficia 3,261 milhões de brasileiros, entre idosos e pessoas com deficiência, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Uma das medidas em análise pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência é evitar que o BPC se transforme em barreira

para que deficientes ingressem no mercado de trabalho.

Atualmente, 1,688 milhão de pessoas com deficiência recebe o BPC. A maior parte delas apresenta “deficiência intelectual”, conceito que substituiu a “deficiência mental”, e “deficiência múltipla”, segundo Elyria Credidio, coordenadora-geral de Gestão de Benefícios da Secretaria Nacional de Assistência Social, do MDS. E são essas pessoas, junto com os deficientes visuais, as que mais encontram dificuldade para ser contratadas: apenas 5,8% no caso dos que apresentam deficiência intelectual, 0,7% quando é múltipla e 4,7% se for visual. Os números do Ministério do Trabalho sobre as cotas para deficientes mostram que as empresas continuam preferindo as pessoas com deficiência física (47,5% do total).

Os beneficiários do BPC pertencem a famílias que estão na

faixa de extrema pobreza. Para receber o benefício, a renda média de cada integrante da família tem que corresponder a um quarto do salário mínimo vigente. Muitas dependem do BPC para sobreviver e preferem não expor o deficiente às regras do mercado de trabalho. Isso porque o deficiente deixa de receber o BPC quando começa a trabalhar e está muito mais sujeito a ser demitido do que uma pessoa normal.

Além disso, como relatou a procuradora jurídica da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae Brasil), Sandra Marinho Costa, em audiência na semana passada na Comissão de Assuntos Sociais, apesar de haver a possibilidade legal de retomada do BPC (Decreto 6.214/07) no caso de perda do emprego, as pessoas com deficiência têm dificuldades para reaver o benefício.

Limitação não impede atividade produtiva

Na época em que a Loas foi concebida, os conceitos de deficiência e incapacidade para o trabalho estavam praticamente atrelados um ao outro. Hoje, as definições adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), transformada em emenda constitucional, fazem distinção.

Segundo Elyria Credidio, do Ministério do Desenvolvimento Social, as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo e enfrentam restrições para sua

participação plena e inclusão na sociedade.

Mas isso não quer dizer que sejam incapazes para o trabalho, pondera Sandra Costa, da Federação Nacional das Apaes. Se tiverem apoio, poderão desempenhar determinadas tarefas dentro de suas limitações. Uma pessoa com deficiência intelectual pode apanhar um documento de cada vez no lugar de vários ao mesmo tempo, comparou Sandra.

Para tanto, o governo resolveu investir na escolarização das pessoas com deficiência. Em 2007, quando constatou

que 70% das 340 mil crianças com deficiência estavam fora das escolas, criou um novo programa em parceria com estados, municípios e Distrito Federal.

Intitulado BPC na Escola (Portaria Interministerial 18, de 24 de abril de 2007), o programa está na fase de identificar as barreiras que impedem a permanência na escola das pessoas de até 18 anos com deficiência. Estão sendo avaliados 190 mil questionários de um total de 217 mil crianças que recebem BPC. “Essa mostra é bastante expressiva”, avaliou Elyria.

Propostas alteram regras para a concessão do benefício

Entre as propostas com o objetivo de alterar os critérios para a concessão do benefício de prestação continuada, está o projeto (PLS 489/09) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que amplia o número de beneficiados, aumentando a exigência da renda familiar *per capita* para um salário mínimo mensal.

No parecer aprovado em abril pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), argumenta que o impacto orçamentário seria elevado e sugere como alternativa escalonar a modificação desse limite.

O relatório prevê que esse critério seja inferior a meio salário mínimo por mês para cada integrante da família. O aumento do limite para um salário mínimo seria alcançado em até 10 anos, de acordo com proposta a ser formulada pelo Conselho Nacional de Assistên-

cia Social ao Executivo. O projeto encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Outra iniciativa a ser analisada pelos senadores é a que altera a chamada Lei de Cotas para determinar a redução das vagas reservadas para deficientes (veja o Especial Cidadania da semana passada).

Apresentada por José Sarney (PMDB-AP), a proposta (PLS 112/06), que aguarda o exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também altera critérios do BPC. Para calcular a renda familiar *per capita*, seria excluído o benefício já concedido a outro integrante da família. Desse modo, o projeto equipara as pessoas com deficiência ao mesmo critério adotado pelo Estatuto do Idoso que, no cálculo da renda familiar, garantiu a retirada do BPC concedido às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Distribuição do BPC por estado

O benefício de prestação continuada oferece um salário mínimo mensal a idosos e a deficientes sem meios para a própria manutenção



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Recomendações aos idosos e às pessoas com deficiência

Para orientar os interessados no BPC, há cartilha disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Social. O Especial Cidadania apresenta alguns dos seus pontos principais.

- O BPC é individual, não vitalício e intransferível. Para ter acesso a ele, a **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, de qualquer idade, precisa ser incapacitada para a vida independente e o trabalho, com renda mensal bruta familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. Também têm direito ao benefício **IDOSOS** com 65 anos ou mais e iguais condições de renda.
- Não é necessário que o beneficiário já tenha contribuído para a **PREVIDÊNCIA SOCIAL**. Mas o BPC não pode ser acumulado com outro benefício da seguridade social, como aposentadoria e pensão. Só se faz exceção aos de assistência à saúde e pensões especiais de natureza indenizatória.
- Coordenado pelo ministério, o benefício é operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Portanto, o interessado deve procurar uma **AGÊNCIA DO INSS**, preencher o formulário de solicitação, apresentar declaração de renda dos integrantes da família, comprovar residência e apresentar os seus documentos de identificação e os da família.
- O ministério recomenda fazer o **AGENDAMENTO** pelo telefone 135, da central de atendimento da Previdência Social (gratuito), ou pela internet, no site www.previdenciasocial.gov.br. A pessoa com deficiência passa pelo assistente social do INSS e por perícia médica. Se comprovada a impossibilidade de deslocamento até o INSS, a pessoa pode ser atendida em seu domicílio ou instituição onde estiver internada.
- O requerente pode obter **APOIO** das secretarias municipais e centros de referência de assistência social, ou órgão similar. O ministério deixa claro que não são necessários atravessadores, intermediários nem autorização de ente político.
- A soma total da renda bruta de todos aqueles que compõem a família dividida pelo número dos seus integrantes resulta na **RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA**. Entram no cálculo dessa renda bruta os salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios da previdência pública ou privada, comissões, *pro-labore*, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, renda mensal vitalícia e BPC, se a família já tiver algum beneficiário (só o BPC ao idoso está fora desse cálculo).
- Para **COMPROVAR A RENDA** de todos os integrantes da família, são exigidos os seguintes documentos: carteira de trabalho com as devidas atualizações, contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador, guia da Previdência Social (GPS), no caso de contribuinte individual, ou extrato de pagamento ou declaração fornecida por outro regime de previdência social pública ou privada.
- O requerente e a família devem apresentar pelo menos um **DOCUMENTO PESSOAL** e **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA**. O requerente que não tiver **CPF** não será prejudicado. No entanto, se o BPC for concedido, ele terá 60 dias para apresentar o documento e continuar a receber o benefício.
- Além desses documentos, é necessário preencher dois **FORMULÁRIOS**: o requerimento de benefício assistencial e a declaração sobre a composição do grupo e renda familiar.

Saiba mais

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

www.mds.gov.br
Esplanada dos Ministérios, bloco C
CEP 70.046-900 – Brasília (DF)
Central de relacionamento e Ouvidoria do MDS
0800-7072003

Cartilha BPC

www.mds.gov.br/assistenciasocial/biblioteca

Ministério da Previdência Social

www.previdenciasocial.gov.br
Central de atendimento: 135

Federação Nacional das Apaes

www.apaebrasil.org.br

